



XVII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (XVII ENANCIB)

GT 02 – Organização e Representação do Conhecimento

A REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO EM UMA PERSPECTIVA FENOMENOLÓGICA

KNOWLEDGE REPRESENTATION IN A PERSPECTIVE PHENOMENOLOGICAL

Gracy Kelli Martins¹

Modalidade da apresentação: Comunicação Oral

Resumo: Percorre o processo histórico de representação do conhecimento reconhecendo a ação iminente humana de representar o conhecimento para ordená-lo e gerar investigações fenomenológicas. Optou-se por uma discussão da representação do conhecimento na filosofia, na linguística e sociologia, e sua ligação direta com a organização, reconhecendo serem estas as áreas de estreita ligação com a Ciência da Informação, e em especial com a subárea de Organização e Representação do Conhecimento, por meio de um resgate de literatura. Conclui-se que essas contribuições marcam os processos introdutórios que deram origem a diversos outros sistemas especializados de representação e classificação, contribuindo em diversas áreas e assuntos.

Palavras-chave: Ciência da Informação. Representação do conhecimento. Organização e representação do conhecimento.

Abstract: *Runs through the historical process of knowledge representation recognizing the eminently human action represent knowledge to ordain him and generate phenomenological investigations . We chose a discussion of knowledge representation in philosophy, linguistics and sociology , and its direct link with the organizatio, recognizing that these are the areas of close cooperation with the Information Science , and in particular the subarea Organization and Representation Knowledge by means of a rescue literature. It is concluded that these contributions mark the introductory processes that gave rise to many other specialized representation and classification systems, contributing in different areas and subjects.*

Keywords: *Information Science. Knowledge representation. Organization and representation of knowledge.*

¹ UFCA

1 REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO: ambiguidades históricas

As investidas filosóficas na compreensão do conhecimento incitaram várias correntes investigativas e originou uma série de conceitos e sistemas de ordenação sobre os processos de conhecimento. Inquestionavelmente, o conhecimento é tema dos estudos epistemológicos das ciências, é biologicamente investigado pelas ciências da cognição, é expressamente impresso na escrita e na fala e alude às manifestações socioculturais produtoras desse fenômeno. Não podendo limitar o conhecimento às “concepções redutoras geradas pelas disciplinas” (MORIN, 2008, p.29).

Vários pesquisadores desenvolveram investigações fenomenológicas dando origem a teorias do conhecimento. Precisamente, tais teorias centram-se na interpretação e explicação filosófica do conhecimento humano. Para Hessen (2000, p.133), “a teoria do conhecimento busca compreender o pensamento humano em sua referência objetiva, em seu relacionamento com os objetos”. Nesse ínterim, a mente é responsável pela síntese, pela elaboração da compreensão e significado tanto do que é percebido fora dela, quanto da estimulação que é produzida como efeito (SANTAELLA, 1998).

Pensar a representação no âmbito da Ciência da Informação é também reconhecer nessa prática o processo de ordenação e classificação do conhecimento. “Na ótica da Ciência da Informação, a noção de representação é muito aproximada da noção de classificação, visto que esses dois conceitos estão voltados para as formas de organização da informação e do conhecimento” (AZEVEDO NETTO, 2001, p. 87).

No intuito de ordenar o conhecimento humano, as classificações podem ser filosóficas ou bibliográficas. As classificações filosóficas, também conhecidas como classificações do conhecimento, classificações metafísicas ou classificações das ciências, surgiram a partir da busca pela compreensão dos filósofos sobre o Universo e com a finalidade de definir, hierarquizar e representar o conhecimento. As classificações bibliográficas nasceram no cerne da documentação, e são utilizadas até hoje pela Biblioteconomia, estabelecendo as relações entre documentos, sua organização e sua localização (PIEDADE, 1983, p. 60).

Mediante tais observações, reconhecidamente o conhecimento não é um objeto físico, pois serve para conhecer os outros objetos e a si mesmo e, estrutura-se necessariamente através de: “a) uma competência (aptidão para produzir conhecimentos); b) uma atividade cognitiva (cognição), realizando-se em função da competência; c) um saber (resultante dessas atividades) ”. Todo esse processo desencadeia-se no cérebro, necessariamente através da existência biológica de um indivíduo e, desenvolvem-se no “no seio de uma cultura que

produziu, conservou, transmitiu uma linguagem, uma lógica, uma capital de saberes, critérios de verdade”. Fazendo uso dos meios culturais disponíveis, a humanidade elabora e organiza o seu conhecimento, que é, portanto, “um fenômeno multidimensional, de maneira inseparável, simultaneamente físico, biológico, cerebral, mental, psicológico, cultural e social” (MORIN, 2008, p.18). Para a ciência, o conhecimento é um fenômeno científico, assim como os processos representacionais, categoriais, obtidos do pensamento reflexivo e processos neurocerebrais.

Assim, as regras, os princípios, os parâmetros, o repertório, a lógica, os paradigmas que regem nosso conhecimento podem tornar-se objetos de exame por um conhecimento de segundo grau (conhecimento relativo aos instrumentos de conhecimento), o qual dispõe então de conceitos referentes aos conceitos, de categorias sobre as categorias, etc. Dada a aptidão reflexiva, própria ao nosso espírito pela qual toda representação, todo conceito, toda idéia pode tornar-se objeto passível de representação, conceito, idéia; dado que o próprio espírito pode tornar-se objeto de representação, de idéia, de conceito; dada, enfim a aptidão do conhecimento científico para tratar objetivamente os órgãos e processos neurocerebrais relativos ao conhecimento, podemos constituir um conhecimento derivado de todos os fenômenos e domínios cognitivos e também pensamentos reflexivos derivado tratando do pensamento (MORIN, 2008, p. 24-25).

Mantendo-se na linha de pensamento de Edgar Morin (2008), assim como o conceito de conhecimento, quando exposto ao questionamento, fragmenta-se, diversifica-se, multiplica-se, gerando novas interrogações, a representação também se desdobra em uma variedade de noções mediante ao contexto em que é aplicada. Não se trata de um objeto físico, mas depende diretamente da percepção e significação do pensamento humano para caracterizar-se como fonte e ordem de conhecimento.

Segundo Lara (2011), as abordagens conceituais dadas à representação não são homogêneas, tendo em vistas que muitas áreas abordam tais questões e apresentam vertentes diferenciadas e distintos pontos de vista, a exemplo da filosofia, sociologia, semiótica e linguística. Este artigo apresenta uma abordagem sobre as investigações fenomenológicas da representação do conhecimento, sabendo-se que mesmo levada à exaustão, estará fadada à incompletude. Optou-se por uma discussão da representação do conhecimento na filosofia, na linguística e sociologia, e sua ligação direta com a organização, reconhecendo serem estas as áreas de estreita ligação com a Ciência da Informação, e em especial com a subárea de Organização e Representação do Conhecimento.

2 O REPRESENTAR FILOSÓFICO

Os gregos, com sua visão complexa e multiforme, interpretavam o mundo em princípios arquetípicos. Desde os mais antigos filósofos da história grega, suas representações

eram expressas em “uma espécie de visão comum, que refletia a propensão tipicamente grega de encontrar decodificadores universais para o caos da vida” (TARNAS, 2011, p. 17). Os primeiros filósofos, os pré-socráticos elencavam indagações na tentativa de conhecer o mundo, com a busca central: O que é o ser? Não havia propriamente a preocupação com o conhecimento enquanto conhecimento, mas pressuposições de que era possível conhecer a manifestação das coisas para o pensamento e assim, essa significação de que o ser está manifesto e presente, permitia que ele pudesse ser conhecido.

O universo grego sempre foi tomado por uma pluralidade de conceitos atemporais, que permitiram a compreensão do mundo e que lhe deram forma e significado. Seus princípios arquetípos, modelos sensíveis, ainda no pensamento pré-filosófico, encontravam formas em personificações míticas como Eros, Caos, Céu, terra, ou, figuras totalmente personificadas como Zeus, Prometeu e Afrodite. Nessa perspectiva arquetípica outras representações foram expressas e ordenadas nas formas matemáticas da geometria, da aritmética, nos opostos cósmicos como luz e escuridão, homem e mulher, amor e ódio, unidade e multiplicidade, além dos valores morais, absolutos e estéticos (TARNAS, 2011).

Nessa perspectiva de compreensão e representação de mundo, Platão desenvolve uma das primeiras teorias do conhecimento. Para o filósofo os objetos definidos no mundo podiam ser compreendidos como expressão, através de uma ideia fundamental, no qual “um determinado objeto é o que é em virtude da ideia que o define” (TARNAS, 2011, p. 20). Seria possível reconhecer na teoria de Platão o desenvolvimento dos estudos das estruturas conceituais. As ideias arquetípicas e as Formas absolutas das coisas e dos seres propunham uma teoria abrangente para representar a realidade, mediante a uma precisão dialética e rigor intelectual.

Aristóteles, em discordância da ideia de Platão, de que o mundo era determinado por ideias universais, independente dos fenômenos que as originam e da mente humana que as percebe, propõe uma descrição mais complexa das coisas, em sua doutrina das categorias. Para Aristóteles todas as formas possuem sua essência, e a essência de algo é a forma que esse algo assumiu. “Cada substância é composta daquilo que muda (a matéria) e daquilo que é mudado (a forma)” (TARNAS, 2011, p. 78). As categorias aristotélicas visam organizar e representar formalmente o raciocínio válido através de um sistema lógico, ou seja, um conjunto de axiomas e regras de inferência que, basicamente, descrevem a estrutura do pensamento humano.

Este estudo chamado de ontologia, na metafísica, é descrito por dez categorias básicas na classificação dos seres, sendo este, um processo de organização. A categoria primeira, a

substância, representa sempre um ente particular e as demais não são independentes, mas representam as propriedades e modificações das substâncias. Esse processo categorizador é o primeiro momento para expressão e organização da compreensão do pensamento e da representação do conhecimento das coisas. “A compreensão de como se desencadeia a ação cognitiva no ser humano é imprescindível na medida em que partimos daí para evidenciarmos a questão da representação, que compreende a categorização” (ARTÊNCIO, 2007, p. 20).

As categorias constituem possibilidades sobre o mundo em busca de interpretá-lo e compreendê-lo, já que permitem uma descrição das coisas e suas propriedades. Como dito anteriormente, o trabalho de categorização do filósofo Aristóteles estabeleceu dez categorias, sendo a primeira a essência, ou substância primária enquanto ser único, e as demais seus atributos, estabelecendo suas diferenças e semelhanças.

As categorias são identificadas como conceitos elementares, isto é, como princípios que permitem identificar as notas essenciais que caracterizam um objeto do conhecimento. A partir desta operação mental de identificação, é possível formular conceitos empíricos, ou seja, buscar uma equivalência entre como o objeto se apresenta e a representação mental que se faz dele e de suas relações com outros objetos. As categorias são concebidas como metaconceitos que permitem a efetiva conceitualização de objetos passíveis de serem conhecidos, organizados e classificados. Portanto, elas são elementos intermediários entre os conceitos e a realidade cognoscível (ARANALDE, 2009, p. 87)

As construções lógicas e de categorização refletem a estrutura do conhecimento que por séculos os estudiosos tencionam representar através de sistemas de organização do conhecimento. Esses sistemas são representações, compreendendo que o processo de categorizar é antes de qualquer tentativa, a intenção de expor as ideias em uma configuração lógica e organizada mediante sua distribuição através da forma que melhor compreendemos o mundo e seus elementos.

Esses dois clássicos da filosofia grega alicerçaram as bases para os estudos científicos acerca do conhecimento. Durante os séculos seguintes muitos outros estudiosos foram desenvolvendo as chamadas escolas do saber e, orientados pelo estatuto da essência filosófica, propuseram diferentes sistemas de organização e representação do conhecimento.

A importância atribuída a Platão e Aristóteles se justifica por terem iniciado uma tradição no mundo ocidental: pensar a verdade através da razão, deixando de lado o mito como forma possível de conhecimento. Dentro desta perspectiva, a verdade filosófica evoluiu no Ocidente e assumiu diversos aspectos em diferentes momentos. Primeiramente, um aspecto metafísico, ontológico onde a preocupação era o próprio ser, princípio de todas as coisas (MORAES; ARCELLO, 2000, p. 02).

A Idade Média é marcada pela intervenção do cristianismo como verdade filosófica, por meio da fé e da razão. Tomás de Aquino desenvolveu estudos acerca da síntese filosófico-teológica a partir do pensamento aristotélico, e determinou duas grandes diferenças

ontológicas entre ser e essência e entre os seres e o Ser. Para Tomás de Aquino, a representação e a inteligibilidade dos homens estariam definidas na afirmação de que “Deus é a causa de todas as causas, que sem influência divina a inteligência humana é incapaz de conhecer qualquer verdade por mínima que seja” (FREITAS, 1992, p. 09). Do ponto de vista filosófico, sua elaboração metafísica do ser reside em uma dupla diferença ontológica: os seres (entes) e o ser (essência), por meio do qual ele classifica o conhecimento racional do homem:

O ser constitui o âmago de todos os seres finitos ou limitados, o que neles existe de mais íntimo e profundo, mas ao mesmo tempo os seres trazem consigo a diferença, características da participação entre a substância que participa do ser e o ser de que ela participa (FREITAS, 1992, p. 06).

A transição da Idade Média para a Idade moderna é marcada pela ocorrência de eventos que passam a exigir concepções de conhecimento. Novas invenções e descobertas deslocam a verdade do conhecimento e a Terra deixa de ser o centro do universo e Deus deixa de ser o centro do conhecimento. “Desmoronava assim o edifício teórico filosófico mantido pela Santa Inquisição, com rupturas e crises e o florescimento de um novo conhecimento com base na observação e experimentação” (MORAES; ARCELLO, 2000, p. 03).

No período moderno três grandes orientações metodológicas se destacam por tentarem explicar a verdadeira obtenção do conhecimento: o Racionalismo de René Descartes, o Empirismo de John Locke e o idealismo de Emmanuel Kant. Para Descartes, o racionalismo consistia no uso da matemática para validar todo o conhecimento, através de um método rigoroso que seria capaz de estabelecer critérios para todas as verdades. Locke afirmava que o conhecimento tinha como única fonte a experiência obtida através dos órgãos do sentido, e esse conhecimento empírico era a única forma de se chegar à verdade. Para Kant, o conhecimento humano se limitava à experiência do fenômeno:

Nesse sentido, o pensamento seria o responsável pela tarefa de ordenar e colocar as sensações no tempo e no espaço para assim relacioná-las. O processo cognitivo seria concretizado no entendimento, quando os conceitos puros se ordenariam e sistematizariam as percepções gerando assim, o conhecimento intelectual (MORAES; ARCELLO, 2000, p. 04).

Desta maneira, o processo representacional do homem atravessa os séculos e estabelece-se sempre pela busca do conhecimento e sua organização. A Classificação dos seres e da natureza avança para a compreensão do conhecimento e sua classificação pelos métodos e sistematizações científicas. Nessa perspectiva, a organização das ciências encontra-se no cerne como a classificação e representação do conhecimento. É perceptível que todo esse processo não se dissipou dos estudos longínquos de Aristóteles e não se distancia da

constante tentativa de classificação das ciências dos pensadores da modernidade. Para Pombo (1998, p. 02), as classificações têm como desejo e necessidade primordial, a intenção de “compreender e ordenar a variedade que nos rodeia”.

Até o fim do século XVI a semelhança foi responsável pela ordenação e organização dos jogos de símbolos. Através dela foi possível o conhecimento das coisas visíveis e invisíveis e pela semelhança eram guiadas as representações. A representação se dá dessa forma pela similitude, pela relação entre seres, ideias ou coisas que tem entre si elementos conformes. Entre as similitudes, Foucault (2007) enumera quatro, entre as formas que as coisas eram ordenadas e representadas: a *convenientia*, a forma pela qual as coisas são semelhantes pela “conveniência” de estarem umas nas vizinhanças das outras, o efeito visível apenas da proximidade, na ordem da conjunção e do ajustamento. “A semelhança impõe vizinhanças que, por sua vez, asseguram semelhanças” (FOUCAULT, 2007, p. 25); a *aemulatio*, uma espécie de aproximação por conveniência, mas que não se encontra no mesmo espaço, sua aproximação se dá pela “emulação”, onde o semelhante envolve o semelhante, mas nunca serão o mesmo, são refletidos, no entanto são inversos, assim como o sol e a lua; a *analogia*, é a semelhança percebida pelos ajustamentos, de liames e de juntura. Não está na visibilidade das coisas, nem na sua massividade, mas na sutil relação que universalmente aplica a tudo, como a relação dos astros com o céu e da planta com o animal, por serem seres vivos. A analogia permite que a representação seja feita não pela sua própria aparência, mas em semelhança com organismos diferentes, representando em um o que se assemelha no outro. “[...] sua carne é um gleba, seus ossos, rochedos, suas veias, grandes rios; sua bexiga é o mar e seus sete membros principais, os sete metais que se escondem no fundo das minas” (FOUCAULT, 2007, p. 30); por fim o autor apresenta a última similitude, sendo está a *simpatia*, onde não há um caminho determinado, nenhuma distancia ou aproximação suposta e nenhum encadeamento definido, provocando aproximação das coisas mais distantes. Ela permite a mobilidade, “atraia o que é pesado para o solo pesado e o que é leve para o éter sem peso”, permite o deslocamento de qualidades, sendo a instância do mesmo, ela é tão forte e costumeira que não é apenas uma forma de semelhança, ela possui “o perigoso poder de *assimilar*, de tornar as coisas idênticas umas às outras, de misturá-las, de fazê-las desaparecer em sua individualidade – de torná-las, pois, estranhas ao que eram” (FOUCAULT, 2007, p. 32).

A simpatia, transforma, altera em direção ao idêntico e sem um contrabalanço ela reduziria o mundo “à figura morna do mesmo”. Mas eis que seu contrapeso, seu contrabalanço reside na antipatia, que mantém as coisas em seu isolamento e impede a

assimilação, e “encerra cada espécie na sua diferença obstinada e na sua propensão a perseverar no que é” (FOUCAULT, 2007, p. 33). Dessa forma, todas as vizinhanças da conveniência, os ecos da emulação e os encadeamentos da analogia, são, portanto, representações por proximidades, reflexos e comparações, “suportados, mantidos e duplicados por esse espaço da simpatia e antipatia que não cessa de aproximar as coisas e mantê-las a distância” (It, 2007, p. 35).

Para Foucault, a representação do século XVI, expostas pelas similitudes e suas assinalações, já que nenhuma semelhança é justaposta sem uma marca, um elemento de decisão que transforma “sua duvidosa cintilação em clara certeza” (FOUCAULT, 2007). O processo representacional chega à cultura moderna com uma ruptura que não traz mais a similitude como ordem do saber, mas as identidades e as diferenças. A similitude não ordena mais o saber e torna-se o perigo do exame e o lugar mal esclarecido das confusões, sem evidências e regras. Bacon, segundo Foucault (2007), observa que as similitudes não se dissipam, mas desvanecem-se quando se aproxima, sob um olhar mais rigoroso. Prática do espírito humano que naturalmente vê nas coisas mais ordem e semelhança, do que realmente possuem, contrapondo a ordem da natureza que é plena de exceções e diferenças.

Ainda sob as observações de Foucault, Descartes recusa a semelhança acreditando que o pensamento racional é universal e se dá através da comparação, que possuem duas formas: a comparação da medida e da ordem. A comparação efetuada pela medida é essencialmente as relações aritméticas de igualdade e desigualdade, que exige em um primeiro momento uma divisão e depois a aplicação de uma unidade comum. Na comparação por ordenamento, comparar e ordenar são uma mesma coisa: a comparação pela ordem permite que as coisas sejam organizadas por um movimento ininterrupto estabelecendo séries em que os termos (elementos) sejam estabelecidos segundo diferenças crescentes. “O semelhante, depois de ter sido analisado segundo a unidade e as relações de igualdade ou de desigualdade, é analisado segundo a identidade evidente e as diferenças: diferenças pensadas na ordem das inferências” (DESCARTES, apud FOUCAULT, 2007, p. 74).

A representação do mundo passa a ordenar a representação do conhecimento. É através do ordenamento de identidades e diferenças que o conhecimento passa de uma hierarquia analógica para a análise, a categorização dar-se-á então pela prova da comparação, sendo admitida pela medida, a unidade comum, ordem, identidade e série das diferenças. Dessa forma, o surgimento da gramática geral, história natural, análise das riquezas, ciências da ordem e do domínio das palavras, seres e necessidades, “não se puderam constituir se a

relação que toda a *epistémē*² da cultura ocidental manteve então com uma ciência universal da ordem”. Estabelece-se a partir de então uma ciência geral da ordem, e instauram-se sistemas de signos, representações ordenadas, que anunciam sua proximidade e seu afastamento, sua vizinhança e suas distâncias (FOUCAULT, 2007, 79).

Dos estudiosos que expuseram sistemas de ordenamento do conhecimento, destacam-se Bacon que desenvolveu uma repartição baseada em três “fontes” do conhecimento humano: Memória (História), Imaginação (Poesia) e Razão (Filosofia) (LIMA, 2004, p. 53); Descartes que em seu sistema de representação, inverteu a ordem do conhecimento que ia do ser para o conhecer ou das coisas (sensações e percepções) para o pensamento; Locke, expunha que tanto as palavras, que eram representações das ideias, quanto às próprias ideias, eram instrumentos essenciais do conhecimento e, nesse ínterim, a linguagem é considerada um “fator constitutivo para as concepções abstratas”; Para Kant, conhecer era representar, sendo o conhecimento uma síntese de representações; Comte defendeu uma hierarquização para as ciências, de acordo com suas especificidades e fosse definida através da experiência, de forma neutra, visando a alcançar formulações universais (MORAES, ARCELLO, 2000, p. 5) e, Leibniz, considerado um dos primeiros estudiosos a desenvolver uma teoria biblioteconômica – Um Plano para organizar uma Biblioteca – dividiu o conhecimento em nove partes: Teologia, Direito e Medicina, acrescidas de Filosofia, Matemática, Física, Filologia, História e assuntos diversos (LIMA, 2004, p. 48).

Na contemporaneidade, as representações do conhecimento estabelecem um momento semiótico. Conhecer é representar. Os conceitos abstratos representam os objetos e sua razão de ser, e nasce com isso o funcionalismo, defendendo que a ordem funcional e a construção do real são desenvolvidas dentro de um sistema, que tendo parte do seu sistema alterado, altera-se o todo.

Os conceitos são utilizados para explicitar "funções", que não são intencionais e que têm conexão fatural. A palavra, como representação, não é o único acesso ao sentido uma vez que os funcionalistas acreditam que os objetos culturais têm uma tarefa a cumprir, com um sentido estabelecido na mente (MORAES; ARCELLO, 2000, p. 06).

Charles Sanders Peirce produziu o estudo de 3 categorias universais, presentes em todos os fenômenos e que, mediante estas, é possível identificar infinitas modalidades de categorias particulares, que também se encontram presentes em todos os fenômenos. Seu

² O termo grego *episteme*, que significa ciência, por oposição a *doxa* (opinião) e a *techné* (arte, habilidade), foi reintroduzido na linguagem filosófica por Michel Foucault com um sentido novo, para designar o "espaço" historicamente situado onde se reparte o conjunto dos enunciados que se referem a territórios empíricos constituindo o objeto de um conhecimento positivo (não científico). Fazer a arqueologia dessa *episteme* é descobrir as regras de organização mantidas por tais enunciados (JAPIASSU; MARCONDES, 2001, p. 85).

trabalho tem como base os estudos de Aristóteles e nas relações tricotômicas de Kant, e o substrato lógico-formal de suas categorias apresentam-se pela denominação de primeiridade, secundidade e terceiridade. Desenvolveu assim a Teoria dos signos, expondo que o processo de semiose, envolve um objeto e seu signo, sendo este processo *ad infinitum*, podendo sempre um signo gerar ou produzir e desenvolver outro signo.

Tratando-se propriamente da doutrina dos signos, Platão (427 – 347) desencadeou o primeiro modelo triádico dos signos, o qual apresentava componentes como: *o nome; a noção ou ideia e a coisa*. Não diferente do Mestre, Aristóteles (384 – 322) também definiu um modelo triádico para os signos, como uma relação de implicação: “Se (q) implica em (p), (q) atua como signo de (p)”. “[...] Pois aquilo que procede ou segue o ser ou o desenvolvimento duma coisa é um signo do ser ou do desenvolvimento dessa coisa” (ARISTÓTELES, apud NÖTH, 1995, p. 29).

Chamou o signo lingüístico de “símbolo” (symbolon) e o definiu como um signo convencional das “afecções (pathémata) da alma. Descreveu essas afecções como “retratos das coisas (prágmata). O modelo do signo aristotélico é, portanto, triádico (NÖTH, 1995, p. 29).

Na concepção formulada por Peirce, o signo é aquilo que representa algo para alguém. Ele é o mediador entre um objeto e uma pessoa, determinando a ideia daquilo que representa, na mente desta pessoa. Para o autor, “representar: estar em lugar de, isto é, estar numa relação com um outro que, para certos propósitos, é considerado por alguma mente como se fosse esse outro” (PEIRCE, 1977, p. 61). Nesse sentido, o signo não é a substituição do objeto, mas produtor da ideia de representação referente a este objeto, no qual indica essa ideia ou a modifica, e assume seu papel de termo mediador e meio para o conhecimento. (SANTAELLA, 2000).

Essa tríade sîgnica é formada pelo objeto, signo e interpretante e, a representação nesse contexto mantém sua conceituação original e comum: o ato ou a relação de representar, sendo destinado ao representamem ser aquilo que representa. Na relação sîgnica, o signo é o representamem do objeto e sua relação com o interpretante é de representação. Interpretante, não se refere ao intérprete da relação sîgnica, ele é um processo gerado na relação do signo com seu objeto, que se desenvolve na mente do intérprete. Essa relação caracteriza-se por uma representação, o signo representa o objeto que cria um interpretante para o sujeito, traduzindo o significado do signo e gerando novos signos.

Semelhante às construções teóricas de Peirce, Karl Popper também fundamenta sua teoria numa base representacional de três mundos. No mundo 1, encontram-se os estados materiais, um mundo objetivo; no mundo 2 estão classificadas as ideias subjetivas, os

processos e estados mentais e, o mundo 3 engloba o mundo as entidades que são produtos do espírito humano. Esse terceiro mundo está expresso nas entidades de representação do conhecimento humano, presentes no mundo 1 e que só são possivelmente tomadas como válidas a partir das inferências do mundo 2.

Assim, o mundo 1 é o mundo físico; o mundo 2, o mundo psicológico e o mundo 3, o mundo da lógica. Portanto, o terceiro mundo é o mundo da atividade humana, dos conceitos universais e das teorias matemáticas, e independem da apreensão feita pelo sujeito do mundo 2, no entanto, a objetividade do mundo 1 só é possível pela potencialidade do mundo 3 através da inferência do mundo 2 (SIECZKOWSKI, 2012). De forma representacional o que se encontra no mundo 3 é todo arsenal de ideias, linguagem e herança cultura, sendo um conhecimento público, passível de observações e críticas. Essas heranças encontram-se codificadas e preservadas no mundo 1, em vários suportes e registros de toda espécie e só são possivelmente observadas e criticadas pelo processo contido no mundo 2, sendo este o mundo subjetivo das mentes (ROBREDO, 2003).

Na pós-modernidade o relativismo vem evidenciar que conquanto tudo se defina como representação, a compreensão destas permite várias leituras, sendo tudo relativo. A história cultural, nessa perspectiva, é responsável pela construção da realidade dos grupos e isso “reflete diretamente na classificação, na divisão e na delimitação da apreensão social, ou seja, no conhecimento e nas representações”, mostrando que a não há neutralidade na realidade e consequentemente nas representações. As representações são nesse sentido, instrumentos de ordenação e hierarquização e concebem a estrutura social que reflete a identidade do grupo ou meio que as produz e consome (MORAES; ARCELLO, 2000, p. 08).

As funções da representação, que antes se centravam em mostrar a ausência e exibir a presença, passam a destacar-se no processo histórico por produzirem sentido e construir significações. Todo processo de construção de representações e organização científicas é então reconhecido como processo social, que só pode ser racional sem eliminar a ordem dos fins humanos e a dos valores individuais e sociais (JAPIASSU, 1979, apud MORAES; ARCELLO, 2000, p. 08). Dessa forma, as classificações intentaram ao longo dos séculos organizar tudo que era percebido pelo homem, mediante sua realidade e representar, a partir de uma análise, reconhecido por todos recebendo assim, um nome que todos poderão entender (FOUCAULT, 2007).

Perceptivelmente todo processo de representação está diretamente ligado à produção realizada na mente humana, geradora de conhecimento. “Conhecer significa dividir e classificar para depois poder determinar relações sistemáticas entre o que se separou”

(SANTOS, 1988, p. 50). O conhecimento é nessa perspectiva a representação daquilo que capta da experiência sensorial e prática. Dodebei (2003) afirma que para compreendermos a realidade, projetamos modelos, que são construções da mente humana, que permite a comunicação das ideias, apresentando função psicológica, aquisitiva, organizacional, normativa, sistemática, construtiva e de parentesco. “Os modelos derivam da necessidade humana de entender a realidade, aparentemente complexa e são, portanto, representações simplificadas e inteligíveis do mundo [...]” (DODEBEI, 2003, p. 19).

Para entendimento da realidade, o representar não é mais desvencilhado dos processos sociais que o compõe, mas a síntese organizacional funcionando como um dos métodos fundamentais do conhecimento (ABBAGNANO, 1998). E, entre os agentes sociais que definem a organização e representação do conhecimento a linguagem é soberana, “pois que as palavras receberam a tarefa e o poder de ‘representar o pensamento’” (FOUCAULT 2007, p. 107).

3 LINGUAGEM: representação das palavras

Na abstração de sentidos, a linguagem é um elemento investigado pelas diversas áreas constituindo-se objeto de estudo da filosofia, comunicação, linguística, sociologia, psicologia, ciências cognitivas, Ciência da Informação, entre tantas outras e, perpassa toda e qualquer área da ciência. Para a filosofia, os problemas tradicionais ligados à linguagem nem sempre se apresentaram como reflexões filosófico-linguísticas, mas questões centrais como: a verdade, realidade, existência, lógica, conhecimento, necessidade, sonhos, ideias, sociedade, história, consciência, ação e o homem (HACKING, 1999).

A linguagem, em um sentido genérico, constitui um sistema de signos, elementos convencionais, utilizados na comunicação humana. Muitas teorias se desenvolverem em torno do fenômeno da linguagem, definindo esta como estrutura lógica, formal e abstrata, subjacente a todas as línguas. Outras se centram no aspecto comunicacional da linguagem, ou mesmo evidenciam-na como um sistema de signos cujo propósito é sua função enquanto representação da realidade. Para a filosofia, partir do pensamento moderno, é considerada elemento estruturador da relação do homem com o real e todo discurso tem necessariamente uma formulação linguística, tornando as questões de linguagem e significado elementos de importância para a epistemologia e representação do conhecimento (JAPIASSU; MARCONDES, 2001).

A linguagem esteve presente, como toda tradição da ciência, primeiramente na filosofia. Aristóteles marca os primeiros estudos e interpretações relativas à linguagem, definindo que todo nome e sua designação possuíam uma representação ou conceito mental que estabelece uma relação de convencionalismo da linguagem. Para o filósofo, um nome é um vocábulo semântico segundo uma convenção, que não é dado pela sua natureza, mas, a partir do simbolismo estabelecido em um consenso. Os nomes (palavras) são símbolos, tanto os sons vocais, como os sinais escritos. No entanto, o que o filósofo chama de afeições da alma (ideias e conceitos) e os objetos e suas imagens mentais são os mesmos para todos, a cargo que as palavras escritas e faladas não são as mesmas para todos, sendo a relação palavra/imagem mental, um sistema convencional (ABBAGNANO, 2008).

Para Hacking (1999), a linguagem sempre esteve nos interesses de estudo da filosofia, e a partir dessa afirmação, o autor traça uma retrospectiva histórica da filosofia ocidental que se deteve a tais estudos. Essa cronologia proposta pelo autor é dividida em três grandes fases: O apogeu das ideias; O apogeu dos significados e, O apogeu das sentenças. Essa divisão cronológica resulta em uma tentativa de sintetizar tais ideias e seus marcos históricos, buscando compreender como as questões da linguagem percorreram a história das civilizações ao longo dos tempos e continua no cerne dos estudos contemporâneos. Esse jogo de relação entre as ideias, os conceitos mentais e sua forma verbalizada pontuam o processo de organização do sistema linguístico e a sua forma representacional expressa nos signos escritos e falados atravessando os séculos em busca da compreensão das ideias entre o sujeito cognoscente e que é conhecido.

Para Foucault (2007, p.107), as palavras representam o pensamento, mas não no intuito de traduzir ou dar uma forma material e externa do corpo, ao que pensamos. Não são elas capazes de reproduzir o pensamento na sua exatidão, se não, através de uma representação em sentido estrito, na qual a “linguagem representa o pensamento e o pensamento se representa a si mesmo”. O poder representativo dado à linguagem permite que ela se represente, parte por parte, mediante a reflexão e a incumbência de ser expressa num substituto que a prolongue (FOUCAULT, 2007).

A distinção dos demais signos da linguagem permite que esta desempenhe um papel decisivo, de análise e representação de acordo com uma ordem sucessiva. “Os sons, com efeito, só podem ser articulados um a um; a linguagem não pode representar o pensamento, de imediato, na sua totalidade; precisa dispô-lo parte por parte segundo uma ordem linear” (FOUCAULT, 2007, p. 113). Dessa forma, a linguagem não é senão a própria representação, a análise do pensamento sem ser simples repartição, e sim, a instauração da ordem no espaço.

Conhecimento e linguagem estão diretamente ligados, já que têm na representação o mesmo princípio de funcionamento apoiando-se um no outro. A linguagem é, desta forma, um conhecimento irrefletido, segundo Foucault (2007), já que ela se impõe ao indivíduo, ao contrário do conhecimento que se expõe a partir de uma linguagem na qual cada palavra pode ser examinada e as relações verificadas.

Para Saussure (2006, 17) a linguagem não é idêntica à língua, sendo esta apenas uma parte determinada e essencial da linguagem. “A língua é um produto social da faculdade de linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos”. Nessa perspectiva, o autor classifica a língua no conjunto dos fatos humanos, sendo “um sistema de signos que exprime ideias, e é comparável, por isso, à escrita, ao alfabeto dos surdos-mudos, aos ritos simbólicos, às formas de polidez, aos sinais militares, etc. Ela é apenas o principal desses sistemas” (SAUSSURE, 2006, p. 24). A língua é o padrão coletivo, ordenador da estrutura da linguagem, princípio da organização e da gênese evolutiva humana. É através da língua e da tecnologia da escrita que a linguagem concretiza, de forma sintética, os pensamentos e faz registro das ideias e, conseqüentemente, do conhecimento.

Se a organização da linguagem se centra no processo ordenador da língua, é pela escrita que se pode identificar sua essencial representacional. No entanto, a língua e a escrita constituíram dois sistemas distintos de signo, no qual o segundo representa o primeiro. Saussure (2006) esclarece, tomando como exemplo os ideogramas da escrita chinesa, que essa tentativa de substituição é expressa de forma verdadeiramente válida nesse caso, uma vez que um ideograma chinês representa uma ideia, sendo signo da ideia e, não se encerra nos elementos irredutíveis da palavra, como no sistema fonético. Para o autor: “a língua evolui sem cessar, ao passo que a escrita tende a permanecer imóvel. Segue-se que a grafia acaba por não mais corresponder àquilo que deve representar” (SAUSSURE, 2006, p. 37).

Tal dificuldade, exposta nos estudos saussurianos evidencia um problema frequente na Ciência da Informação: o processo representacional, cada vez mais no cerne dos estudos em Organização do conhecimento. Problema que se agrava quando o tratamento informacional incide na lida com termos polissêmicos, fato corriqueiro na própria estrutura conceitual da área. As angústias saussurianas expressam um dos maiores problemas tomados pela CI, inclusive é possível afirmar que este é seu escopo seminal. As práticas de representação temática transformam vocabulários controlados em conjuntos de ideogramas científicos, mas, evidentemente sem se desfazer dos problemas identificados no sistema fonético.

Fiorin (2002) expõe que a atividade linguística é uma atividade simbólica, no qual a relação entre conceitos e palavras ordena a realidade e categorizam o mundo. É o incessante jogo de organizar e representar a realidade como atividade eminentemente humana. Assim, as palavras são um sistema autônomo, já que nomeia de formas diferentes o que cada língua define como categoria da realidade onde esta inserida.

Saussure (2006) menciona repetidamente ser a linguagem um fato social e que por conter elementos da psique também é objeto de estudo da psicologia. Não há como negar a pluralidade de estudos e aplicações em diversas áreas, sobre a linguagem, ao lado da informação e do conhecimento. Na psicologia, para Lev Semenovitch Vygotsky (1987) a estrutura de pensamento dos indivíduos se desenvolvem de acordo com os hábitos sociais da cultura onde estão inseridos. A linguagem, nesse contexto, também é responsável pela observação e participação na realidade social e apreensão desta pelos indivíduos. “A relação entre o pensamento e a palavra é um processo vivo; o pensamento nasce através das palavras. Uma palavra vazia de pensamento é uma coisa morta, e um pensamento despido de palavras permanece uma sombra” (VYGOTSKY, 1987, p. 271).

“A língua como pensamento organizado na matéria fônica”, nas palavras de Saussure (2006), expressa claramente o quanto os estudos da língua e da linguagem e todas as variáveis elencadas por autores como Benveniste (1976) e Vygotsky (1987) acerca do contexto social evidenciam o quanto a realidade social e o desenvolvimento cultural são responsáveis diretos pela relação, valoração e aplicação da expressão do pensamento nos elementos de comunicação. Não há como negar a necessidade do estudo da linguagem para a organização e representação enquanto aspectos humanos de ordenação e compreensão da realidade. Não só pelo fator teórico, como pela importância estrutural empregada à língua, as investigações de linguagem em organização e representação do conhecimento devem focar o engendramento de estudos que, assim como Hacking (1999) questionou *Por que a linguagem interessa à filosofia?*, também buscassem sempre responder “Por que a linguagem interessa à Organização e representação do Conhecimento?”

Arrisca-se preceber que, com base na tradição filosófica e nas investigações da linguagem, as representações sociais originaram entre tantos sistemas, os sistemas de organização, representação e classificação dos saberes, e é neles que repousa a responsabilidade da CI em responder tal questão.

4 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

No compartilhamento de compreensões e representações formam-se os grupos sociais e através de seus sistemas representacionais é possível identificar seu desenvolvimento. São claras formas de representação social: a formação das línguas e o estabelecimento das linguagens. Tais representações “circulam nos discursos, são carregadas pelas palavras, veiculadas nas mensagens e imagens mediáticas, cristalizadas nas condutas e agenciamentos matérias e espaciais” (JODELET, 1989, p. 1).

A ânsia do homem na compreensão do mundo, da natureza, do cosmo e do seu próprio eu eludiu filósofos, biólogos, especialistas e curiosos a não só ordenar, nomear, classificar, mas também a registrar e organizar ideias e reflexões buscando expor e estender o conhecimento para a sociedade. Mesmo diante da simples tarefa de agrupar semelhanças e separar diferenças o ensejo de sistematizar era, sem dúvida, a forma natural de compreensão. E nenhuma dessas tentativas, entre erros e acertos, se desloca do universo das representações sociais.

Reconhece-se, geralmente, que as representações sociais, como sistemas de interpretação, que regem nossa relação com o mundo e com os outros, orientando e organizando as condutas e as comunicações sociais. Igualmente intervêm em processos tão variados quanto a difusão e a assimilação dos conhecimentos, no desenvolvimento individual e coletivo, na definição das identidades pessoais e sociais, na expressão dos grupos e nas transformações sociais (JODELET, 1989, p. 5).

Essa incessante necessidade de organizar o mundo, é definida por Torres, Tornay-Mejías e Gómez-Milan (1999), como uma necessidade de economia cognitiva que a mente humana desenvolve para enfrentar as mais divergentes situações e orientar-se mediante a variedade de informações que precisa aprender, recordar e manipular. A organização do conhecimento parte não só desta perspectiva cognitiva individual, mas da busca de tornar familiar àquilo que não nos é familiar, agrupando a partir de categorias culturalmente adquiridas, indivíduos e objetos através de suas semelhanças, organizadas em uma determinada sequência. Essa organização toma como base as representações sociais vivenciadas e compartilhadas e “todos os sistemas de classificação, todas as imagens e todas as descrições que circulam dentro de uma sociedade, mesmo as descrições científicas” (MOSCOVICI, 2004, p. 37).

Não obstante, a organização cognitiva e as representações sociais encontram-se em um mesmo espaço de compreensão e apreensão da realidade e toda ânsia de organização é nada mais que a estratégia da mente humana para conduzir o indivíduo na sua localização e mapeamento social. Tão claro isso se mostra e imperceptivelmente natural que todas as

ciências, desde a história natural à sociologia, química, matemática, física tentam organizar, representar e estabelecer sistematicamente seus fundamentos para compreender e controlar um processo cognitivo econômico tudo que a mente humana é capaz de captar e ordenar.

Dessa forma, as representações sociais evidenciam as dinâmicas sociais e as práticas coletivas de comunicação e compartilhamento de conhecimentos e possuem precisamente duas funções como descreve Moscovici (2004, p. 34 - 36):

a) Em primeiro lugar, elas *convencionalizam* os objetos, pessoas ou acontecimentos que encontram. Elas lhes dão uma forma definitiva, as localizam em uma determinada categoria e gradualmente as colocam como um modelo de determinado tipo, distinto e partilhado por um grupo de pessoas. Todos os novos elementos se juntam a esse modelo e se sintetizam nele. Assim, nós passamos a afirmar que a terra é redonda, associamos comunismo com a cor vermelha, inflação como decréscimo do valor do dinheiro. Mesmo quando uma pessoa ou objeto não se adequam exatamente ao modelo, nós o forçamos a assumir determinada forma, entrar em determinada categoria, na realidade, a se tornar idêntico aos outros, sob pena de não ser nem compreendido, nem decodificado [...].

b) Em segundo lugar, representações são *prescritivas*, isto é, elas se impõem sobre nós com uma força irresistível. Essa força é uma combinação de uma estrutura que está presente antes mesmo que nós comecemos a pensar e de uma tradição que decreta o *que* deve ser pensado [grifos do autor].

Para Moscovici (2004, p. 60) Ciência e representações sociais diferem entre si, mas ao mesmo tempo são complementares, uma vez que “a ciência era antes baseada no senso comum e fazia o senso comum menos comum; mas agora senso comum é a ciência tornada comum”. O autor identifica que cada lugar comum tem em si um mundo de conhecimento e para que possuam uma feição comum necessitam de mecanismos como a ancoragem. Por ancoragem Moscovici (2004, p. 61) define o “processo que transforma algo estranho e perturbador, que nos intriga, em nosso sistema particular de categorias e o compara com um paradigma de uma categoria que nós pensamos ser apropriada”. Nessa perspectiva, ancorar nada mais é que classificar e dar nome às coisas, tornando-as familiares e comuns à nossa compreensão ajustando ou expandindo o conhecimento já existente. Classificar é formular exigências específicas mediante limites linguísticos, espaciais e comportamentais, comparando as pessoas e objetos “a um protótipo geralmente aceito como representante de uma classe. E que primeiro é definido através da aproximação, ou da coincidência com a última”, como define Moscovici (2004, p. 64).

Percebe-se que não há uma grande evolução daquilo que Foucault (2007) descreve quando aponta que até o fim do século XVI que a semelhança foi responsável pela ordenação e organização dos jogos de símbolos e, através da similitude, foi possível o conhecimento das coisas visíveis e invisíveis, guiando assim as representações pela semelhança das coisas, entre generalizações e particularizações. Sintetizar, classificar e nomear são aspectos de ancoragem para as representações individuais e sociais, no qual nomear e classificar partilham do que,

conforme exposto por Moscovici (2004, p.68), o historiador Gombrich chamou de “sociedade de conceitos”. E dentro deste contexto, todo sistema de classificações e de relações entre sistemas classificatórios pressupõe um consenso.

Vistas a partir da ordem científica as classificações, estabelecidas em meio às representações sociais, passam de uma hierarquia analógica para a análise, dirimindo o sistema global das correspondências e, submetendo toda semelhança à prova da comparação, sendo admitida então pela medida, unidade comum, ordem, identidade e série de diferenças. O *ad infinitum* das similitudes, na ordenação das coisas em macrocosmo e microcosmo, é adequado ou, sob a forma de um recenseamento exaustivo de todos os elementos do conjunto ou, na colocação em categorias que articulam na sua totalidade o domínio estudado, ou ainda, sob a forma de uma análise de certo número de pontos, tomados ao longo da série. “A enumeração completa e a possibilidade de determinar em cada ponto a passagem necessária ao seguinte permitem um conhecimento absolutamente certo das identidades e das diferenças” (FOUCAULT, 2007, p. 76).

5 CONSIDERAÇÕES

Essas contribuições marcam os processos introdutórios que deram origem a diversos outros sistemas especializados de classificação, contribuindo em diversas áreas e assuntos. Kaula (1982) esclarece que, desde o começo dos estudos acerca de sistemas de classificação, era perceptível uma inconsistência na nomenclatura desses esquemas. Os esquemas desenvolvidos pelos lógicos e filósofos eram denominados Classificação do Conhecimento, enquanto que, os sistemas projetados por cientistas, bibliotecários e documentalistas, por muito tempo foram definidos como classificação de livros ou classificação de bibliotecas. A autora defende que tais nomenclaturas não atendiam às perspectivas dos sistemas classificatórios bibliográficos, uma vez que o assunto e o pensamento de um livro e/ou documento eram os objetos centrais do esquema de classificação e não os livros ou as bibliotecas. Ela defendia à época, o reconhecimento de tais classificações como classificações de assunto (ou como mais tarde seriam denominadas: classificações temáticas), tendo em vista que claramente a representação dos livros é a representação do conhecimento estabelecido pela humanidade e registrado a partir de uma linguagem e suas convenções sociais.

Na busca pela ordem do caos e pela manutenção de suas experiências, o cérebro humano, conduzido por padrões desenvolvidos ao longo da humanidade, estabeleceu de forma analítica estruturas de organização e representação desse conhecimento que acompanhou a

evolução histórica dos suportes de registro, como coloca Shera (1957, p.3): “Assim, pode-se dizer que a experiência se constitui em padrões classificados de percepção sensorial passada. A facilidade com a qual novas percepções podem ser organizadas, classificadas e assimiladas com a experiência passada determina, em grande medida, a facilidade com a qual aprendemos”.

Tanto para Dahlberg (1972) quanto para Foucault (2007), classificar era uma arte que acompanha a humanidade desde a antiguidade. Enquanto arte foi ampliada à medida que estudos sobre o conhecimento se desenvolviam e só muito recentemente, de acordo com Dahlberg (1972), adquiriu uma base teórica adequada. Os esquemas classificatórios refletiram assim as relações entre o homem e o domínio do conhecimento, a tentativa de organização e comunicação das próprias classificações sociais e suas representações coletivas expressas pela “preocupação do homem em organizar o conhecimento, no intuito de categorizar ideias e fornecer subsídios à perpetuação da memória social” (GUIMARÃES; DODEBEI, 2012, p. 12). Entre as representações sociais, os estudos de classificação bibliográfica se destacam como parte dessas representações, uma vez que estão inseridas na vivência social como mecanismos de acesso ao conhecimento registrado, produto motriz da ciência. A ORC em seu formato atual, mantém a forte característica interdisciplinar da CI, desenvolvendo-se com base nos estudos lógicos, nas teorias linguísticas e sempre, mantendo sua vertente eminentemente social, uma vez que trata dos problemas relacionados à organização de estoques de conhecimento visando prioritariamente o uso e acesso da informação.

REFERENCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

ARANALDE, Michel Maya. Reflexões sobre os sistemas categorias de Aristóteles, Kant e Ranganathan. **Ciência da Informação**, Brasília, v.38, n.1 p. 86-108, jan. / abr. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-19652009000100006&script=sci_abstract&tlng=pt> . Acesso em: 20 mar. 2016.

ARTÊNCIO, Luciane Maria. **Princípios de categorização nas linguagens documentárias**. São Paulo: USP, 2007. 129f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, 2007.

AZEVEDO NETTO, Carlos Xavier de. Informação e memória: as relações na pesquisa. **Revista História em Reflexão**, Dourados, v. 1, n. 2, p. 1-20, jul.-dez. 2007.

BENVENISTE, Emile. **Problemas de linguística geral I**. São Paulo: Ed. Nacional; Editora da Universidade de São Paulo, 1976.

DAHLBERG, Ingetraut. **Teoria da classificação, ontem e hoje**. Tradução do inglês por Henry B. Cox. Palestra apresentada à Conferência Brasileira de Classificação Bibliográfica, Rio de Janeiro, 12-

17 de setembro de 1972. Disponível em:
<http://www.conexaorio.com/bit/dahlbergteoria/dahlberg_teoria.htm>.

DODEBEI, Vera Lúcia. **Tesouro**: linguagem de representação da memória documentária. Rio de Janeiro: Intertexto, 2003.

FIORIN, José Luiz. A teoria geral dos signos. In: FIORIN, José Luiz (Org.). **Introdução à linguística**: I. Objetos teóricos. São Paulo: Contexto, 2002.

FOUCAULT, Michel. **As Palavras e as Coisas**: Uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves; DODEBEI, Vera Lúcia. Introdução. In: GUIMARÃES, José Augusto Chaves (Org.); DODEBEI, Vera (Org.). **Desafios e perspectivas científicas para a organização e representação do conhecimento na atualidade**. Marília: Isko-Brasil; FUNDEPE, 2012. v. 1. 285p.

HACKING, I. **Porque a Linguagem Interessa a Filosofia?** São Paulo: UNESP, 1999.

JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário básico de filosofia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

JODELET, Denise. Representações sociais: um domínio em expansão. In: _____. (Org.). **Representações sociais**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2001. p. 17-44.

KANT, Immanuel. **Crítica da razão pura**. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

KAULA, Prithvi N. **Repensando os conceitos no estudo da classificação**. 1982. Disponível em:
<<http://www.conexaorio.com/bit>> acesso em: 10 ago. 2013.

LARA, Marilda Lopes Ginez de. Conceitos de organização e representação do conhecimento na ótica do Grupo Temma. **Informação & informação**, Londrina, v. 16, p. 92-121, 2011.

LIMA, Vânia Mara Alves. **Da classificação do conhecimento científico aos sistemas de recuperação de informação**: enunciação de codificação e enunciação de decodificação da informação documentária. 2004. 156f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação), Escola de Comunicações e Artes (ECA), São Paulo: Universidade de São Paulo, 2004. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27143/tde-06032006-150120/>>. Acesso em: 20 mar. 2016.

MORAES, Alice Ferry de; ARCELLO, Etelvina Nunes. O conhecimento e sua representação. **Informação & Sociedade**: estudos, João Pessoa, v.10, n.2, 2000.

MORIN, Edgar. **O método 3**: O conhecimento do conhecimento. Porto Alegre: Sulina, 2008.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. Petrópolis: Vozes, 2004.

NÖTH, Winfried. **Panorama da Semiótica**: de Platão a Peirce. São Paulo: Annablume, 1995.

PIEIDADE, Maria Antonieta Requião. **Introdução à teoria da classificação**. Rio de Janeiro: Interciência, 1977.

PEIRCE, Charles Sanders. **Semiótica**. São Paulo: Perspectiva, 1977

POMBO, Olga. Da classificação dos seres à classificação dos saberes. **Leitura**: Revista da Biblioteca Nacional de Lisboa, Lisboa, n.2, p. 19-33, 1998. Disponível em <<http://www.educ.fc.ul.pt/hyper/resources/opombo-classificacao.pdf>> Acesso em: 02 jul. 2016.

ROBREDO, Jaime. **Da ciência da informação revisitada aos sistemas humanos de informação**. Brasília: SSRR Informações, 2003.

_____. Do documento impresso à informação nas nuvens: reflexões. **Liinc em Revista**, v. 7, n.1, p. 19-42, marc. 2011. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/liinc/index.php/liinc/article/viewFile/401/261>>. Acesso em: 03 jul. 2016.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós-moderna. **Estudos avançados**, v. 2, n. 2, p. 46-71, 1988. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40141988000200007&script=sci_arttext>. Acesso em: 21 maio. 2016.

SANTAELLA, Lucia. **A teoria geral dos signos**: como as linguagens significam as coisas. São Paulo: Pioneira, 2003b.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral**. São Paulo: Cultrix, 2006.

SHERA, Jesse H. **Padrão, estrutura e conceituação na classificação**. 1957. Disponível em: <www.conexaorio.com/bitl/shera/index.htm>. Acesso em: 26 jun 2016.

TARNAS, Richard. **A epopéia do pensamento ocidental**: para compreender as ideias que moldaram nossa visão de mundo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

TORRES, Julio Santiago; TORNAY-MEJIAS, Francisco; GOMEZ-MILAN, Emilio. La organización del conocimiento. In: _____. **Procesos psicológicos básicos**. MCGRAW-HILL: Madrid, 1999.